

Rio Marinho: um foco de pobreza e de esperança

As mais de seis mil famílias invasoras de uma área de seis alqueires de Rio Marinho, Cariacica, otimistas com a anulação pelo Tribunal de Justiça do Espírito Santo da liminar do juiz José Carlos Cola que autorizou o despejo por meio de força, acreditam na possibilidade do reconhecimento legal da posse da terra.

Apesar de toda confiança que depositam no trabalho que vem sendo desenvolvido pela Comissão de Direito à Moradia da Arquidiocese de Vitória, os moradores da área invadida ainda se ressentem de sérios problemas, como a pobreza excessiva da maioria, o desemprego e a falta de infra-estrutura.

Se beneficiados com o reconhecimento da posse, pretendem, em regime de urgência, solicitar da Prefeitura Municipal de Cariacica, da Espírito Santo Centrais Elétricas e Companhia Espírito-Santense de Saneamento e outros órgãos públicos medidas como a instalação de iluminação pública interna e externa, de redes de esgotos e água, calçamento das ruas e outros benefícios.

OCUPAÇÃO

A área começou a ser ocupada há aproximadamente sete meses, quando ainda era mata. Na época, as pessoas que chegavam, como contou o sr. Israel Julião Inácio, um dos pioneiros, se embrenhavam mata adentro, construindo barracos com madeiras.

Todos, sem exceção, fogem dos alugueiros nos lugares em que moravam anteriormente. Grande parte chegou ao Rio Marinho fugindo das enchentes e chuvas do ano passado que destruíram casas em Colatina, Linhares, Baixo Guandu e outros municípios. Uma boa parte é proveniente de bairros da própria Grande Vitória.

Em média, chegam diariamente ao Rio Marinho umas dez famílias. Constroem seus barracos com os poucos pedaços de madeira que conseguem arranjar e se adaptam à rotina de vida: sem luz, sem esgotos, sem ônibus e muitas outras dificuldades.

Os loteamentos vizinhos — onde os moradores têm escrituras de posse e todo aparato legal — não parecem distantes da realidade da área invadida. Neles, também, faltam água, rede de esgotos e calçamento. O sr. Ronsevaldo Uceli, por exemplo, disse que o loteamento onde mora, que existe há uns 30 anos, ainda não foi beneficiado com as obras indispensáveis.

POLÍCIA

Até ontem, quando o advogado Vasco Alves de Oliveira Júnior, encarregado deste processo, informou que os moradores não poderão ser despejados, eles viviam em clima de tensão, receando sempre a repetição do que ocorreu meses atrás, com a ação policial.

Sem mandado judicial, os policiais destruíram barracos e muitas vezes, contaram assustados alguns moradores, vinham de noite, surpreendendo a todos com a determinação de despejo.

Esse susto, disseram, passou, ficando agora o medo de serem despejados de uma forma ou de outra. "Se a gente tiver que sair daqui, eu não sei como vai ser. Vai ficar muito difícil porque ninguém daqui tem condições de ter uma casa, de viver com o dinheiro que ganha", disse a srª. Cenira Gomes.



Os migrantes continuam chegando ao bairro Rio Marinho

Dos que vivem no Rio Marinho, grande parte faz biscates — ajudantes de pedreiro, operários braçais — não tendo vínculo empregatício e, com isso, sem qualquer tipo de atendimento médico.

A última leva que chegou à área invadida — aproximadamente 63 famílias — está desempregada. Eles vieram de Linhares, Baixo Guandu, João Neiva e Colatina, devido às chuvas que calaram nos últimos dias, no Estado.

"Apesar de tudo, confessou a srª. Maria da Penha Costa, a gente está meio tranquila. Eu tenho certeza de que não vão tirar a gente daqui porque não têm onde colocar. E têm que tratar a gente como humanos". Outra mulher, Marceline Machado das Neves, também afirmou que "aqui está bom demais, eu não quero sair daqui".

PROBLEMAS

A água é obtida pelos moradores em poços, pagando uma taxa de Cr\$ 50,00 ou mais. O poço é da srª. Dalva, em Bela Vista, e eles têm que fazer um percurso longo, carregando duas a três vezes por dia latões de água.

"De manhã cedo, todo mundo vai para o poço, carregando as latas. Tem dia que fica uma fila grande porque todos buscam água nos poços de vizinhos", afirmou a srª. Cenira Gomes. Outra moradora, a srª. Iolanda Rosa, grávida de sete meses, tem que recorrer aos amigos ou ir ela mesma. "aguentando o peso da lata".

"Os meus meninos às vezes vão buscar água. E eu também. O pior é lavar roupa, pois tenho que carregar tudo dentro de uma bacia até o poço, que fica longe. É uma luta danada", disse. Ela morava antes no morro Bento Ferreira pagando um aluguel de Cr\$ 600,00.

Mudou-se para Rio Marinho, e, hoje, a sua maior preocupação é como vai ter o seu filho, uma vez que o marido não tem os benefícios da Previdência Social.

Não existe iluminação pública no bairro, somente poucas residências foram beneficiadas pela Escelsa, pois se situam próximas aos loteamentos. "A Escelsa iluminou os loteamentos e chegou perto daqui e atingiu só umas cinco casas. À noite, aqui fica a maior escuridão", disse a srª. Tânia Feno.

As escolas mais próximas ficam bem distantes da área invadida. Segundo o sr. Figênio Alvaro, "os dois prédios que servem como escola são pequenos e nem todas as crianças estudam. Sempre falta vaga".

Quanto ao atendimento médico, não têm nenhum. Os posseiros se reúnem há alguns meses e contribuíram com uma taxa para a construção de um posto médico. O prédio foi construído por eles próprios, mas lamentam a falta de um médico.

Não há delegacia, os detritos são jogados em fossas sem qualquer higiene e as ruas, mal planejadas, ficam completamente enlameadas quando chove. Mas as reclamações ficam mesmo por conta da falta de alimentação e de roupas.

DESABAMENTO

Os barracos de duas moradoras do local desabaram com as chuvas da semana passada. A srª. Maria Moraes ficou sem a sua casa e todos os utensílios domésticos, como cama e roupas e a srª. Gleide Silva, também enfrentou o mesmo problema.

"Eu tenho três filhos e meu marido foi para São Paulo e não voltou. Eu perdi tudo, não sei o que fazer. Até agora estou morando na igreja. Não sei quando vou poder reconstruir o meu barraco", lamentou a srª. Maria Moraes.